

MUNICIPIO DE JUINA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.816/2018.

Dispõe sobre as Atribuições do Cargo de Provimento Efetivo de Contador Público do Poder Executivo e os Requisitos Gerais para Provimento, bem como altera dispositivos das Leis Complementares Municipais n.ºs 1.718/2017 e 1.022/2008, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º São atribuições do cargo de provimento efetivo de Contador Público do Poder Executivo:

I - Supervisionar, coordenar e executar serviços inerentes à contabilidade geral da Administração Direta do Poder Executivo Municipal;

II - Coordenar, controlar e supervisionar a contabilidade da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, preparando processos para pagamento, balanços, balancetes, prestação de contas e o controle da execução orçamentária e financeira no âmbito do Poder Executivo, em estreita articulação com a unidade central do sistema financeiro e das demais Secretarias Municipais e Órgão autônomos e independentes;

III - Participar de cursos e treinamento, quando convocados pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário Municipal de Finanças e Administração;

IV - Desenvolver atividades e projetos técnicos na sua área de atuação profissional;

V - Executar tarefas e atividades técnicas que dão suporte às atividades e aos projetos das diversas áreas de atuação da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, entre outras atividades correlatas;

VI - Compreende os cargos que se destinam a executar, sob supervisão, a contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, e as seguintes atribuições típicas:

VII - Auxiliar na organização dos serviços de contabilidade do DAES, envolvendo o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar o controle contábil, orçamentário e patrimonial;



MUNICIPIO DE JUINA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

a) Conduzir a análise e a classificação contábil dos documentos comprobatórios das operações realizadas, de natureza orçamentária ou não, de acordo com o plano de contas da Administração Direta do Poder Executivo Municipal;

b) Acompanhar a execução orçamentária da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, examinando empenhos de despesas em face da existência de saldo nas dotações;

c) Executar os trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis;

d) Auxiliar na elaboração de balanços, balancetes, notas explicativas, mapas e outros demonstrativos financeiros consolidados da Administração Direta do Poder Executivo Municipal;

e) Informar processos, dentro de sua área de atuação, e sugerir métodos e procedimentos que visem a melhor coordenação dos serviços contábeis;

f) Organizar relatórios sobre a situação econômica, financeira e patrimonial da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, transcrevendo dados e emitindo pareceres;

g) Supervisionar o arquivamento de documentos contábeis; e,

h) Orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução de tarefas típicas da classe.

VIII - Exercer outras atribuições correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário Municipal de Finanças e Administração, previstas em lei ou regulamento.

Art. 2.º No concurso público para provimento do cargo de provimento efetivo de Contador Público do Poder Executivo deverá ser exigido Conhecimentos Básicos e Gerais e Conhecimentos Específicos sobre Contabilidade Pública.

Art. 3.º São requisitos para o provimento do Contador Público do Poder Executivo:

I - Idade Mínima: 18 (dezoito) anos;

II - Escolaridade: nível superior Completo;

III - Curso Superior em Ciências Contábeis; e,

IV - Registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.



MUNICIPIO DE JUINA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 4.º O Parágrafo Único, do art. 3.º, da Lei Complementar Municipal n.º 1.718/2017, que dispõe sobre a extinção, transformação, criação de Cargos, alteração de ANEXOS, com alteração e criação de TABELAS, na Lei Complementar Municipal n.º 1.016/2008, que Estabeleceu a Reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, dos Servidores da Prefeitura Municipal de Juína-MT, passa a vigorar com a seguinte redação, desde a publicação daquela Lei Complementar:

Art. 3.º (...).

Parágrafo Único. O vencimento do cargo de provimento efetivo de CONTADOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO, considerado a natureza, complexidade e responsabilidade do exercício de suas atribuições, fica fixado de acordo com o ANEXO III, da Lei Complementar n.º 1.016/2008, na forma como disposto no art. 12, da presente Lei Complementar.

Art. 5.º O art. 60, da Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008, que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Juína-MT, na forma que estabelece, passa a vigorar acrescido do § 4.º, com a seguinte redação:

Art. 60. (...).

(...).

§ 4.º Para efeitos do § 2.º, do presente artigo, a mera inclusão de mais de um cargo público na mesma Tabela de Vencimentos dos ANEXOS dos Planos de Cargos, não caracteriza vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias.

Art. 6.º No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da promulgação da presente Lei Complementar, o Poder Executivo deverá encaminhar ao Legislativo Municipal Projeto de Lei com a atribuição de todos os cargos de provimento efetivo constantes do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar Municipal n.º 1.016/2008.

Art. 7.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei, por Decreto bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, sempre que necessário, a partir de sua publicação.

Art. 8.º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína-MT, 27 de junho de 2018.

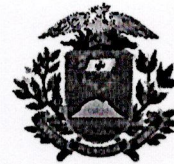
ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 7 Nº 1390

Divulgação terça-feira, 3 de julho de 2018

— Página 79

Publicação quarta-feira, 4 de julho de 2018

Seguimento: Usuário.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Francisca Constantino de Souza
Presidente em Exercício do CMS de Juara-MT
Biênio 2017/2019

Homologada:

Carlos Amadeu Sirena
Prefeito Municipal de Juara-MT

RESOLUÇÃO Nº 021/DE 22 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a Deliberação e Aprovação da posse da Presidente deste Conselho Municipal de Saúde de Juara/MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas competências e atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º e artigo 6º, da Lei Municipal nº 1.574, de 22 de Junho de 2004 – Lei de Criação do Conselho Municipal de Saúde e,

CONSIDERANDO o Art.63, Parágrafo Segundo do Estatuto do Conselho Municipal de Saúde as deliberações do CMS serão assinadas pelo seu Presidente e aquelas consubstanciadas em resolução e homologadas pelo Prefeito municipal e publicadas no prazo de tinta dias, após sua aprovação e,

CONSIDERANDO a Lei 1.574/2004, Art. 09º, §1º O Conselho Municipal de Saúde Juara terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pela maioria simples de seus membros, com mandato de 2(dois) anos, com direito a reeleição.

CONSIDERANDO a Resolução nº032 de 14 de Novembro de 2017.

CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária Nº06 de 22 de Junho de 2018 deste CMS, da posse a Presidentedeste Conselho Pleno.

RESOLVE

Art.1º-Delibera,Aprova e da posse como Presidente deste Conselho Municipal de Saúde a conselheira Francisca Constantino de Souza.

Titular: Francisca Constantino de Souza
Representação: Conselho de Pastores
Seguimento: Usuário

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Francisca Constantino de Souza
Presidente em Exercício do CMS de Juara-MT
Biênio 2017/2019

Homologada:

Carlos Amadeu Sirena
Prefeito Municipal de Juara-MT

Decreto nº 1.279, de 29 de junho de 2018.

Decreta ponto facultativo e dá outras providências.

A Prefeitura do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando a realização do Jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018;

Decreta:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo na próxima segunda-feira, dia 02 de julho do corrente ano, por ocasião da realização do jogo da Seleção Brasileira, que ocorrerá às 10:00 horas (horário de Mato Grosso) pelas oitavas de final da Copa do Mundo da Rússia, exceto para aqueles que prestam serviços de caráter essencial para o bem-estar da comunidade, bem como os que realizam atividades de urgência e emergência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 29 de Junho de 2018.

Luciane Borba Azola Bezerra

Prefeita do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.815/2018.

Altera a redação do art. 69, da Lei Complementar Municipal n.º 1.748/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º O art. 69, da Lei Complementar Municipal n.º 1.748/2017, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES, do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, passa a vigorar com a seguinte redação, desde a publicação da mencionada Lei Complementar:

Art. 69. O cargo de CONTADOR, do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar Municipal n.º 1.463/2013 fica transformado em CONTADOR PÚBLICO DO DAES, com vencimento da forma como estabelecido nos ANEXOS I e II, da presente Lei Complementar, dessa passando a ser partes integrantes.

Art. 2.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei, por Decreto bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, sempre que necessário, a partir de sua publicação.

Art. 3.º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína-MT, 27 de junho de 2018.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.816/2018.

Dispõe sobre as Atribuições do Cargo de Provedor Efetivo de Contador Público do Poder Executivo e os Requisitos Gerais para Provedor, bem como altera dispositivos das Leis Complementares Municipais n.ºs 1.718/2017 e 1.022/2008, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º São atribuições do cargo de provedor efetivo de Contador Público do Poder Executivo:

I - Supervisionar, coordenar e executar serviços inerentes à contabilidade geral da Administração Direta do Poder Executivo Municipal;

II - Coordenar, controlar e supervisionar a contabilidade da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, preparando processos para pagamento, balanços, balancetes, prestação de contas e o controle da execução orçamentária e financeira no âmbito do Poder Executivo, em estreita articulação com a unidade central do sistema financeiro e das demais Secretarias Municipais e Órgão autônomos e independentes;

III - Participar de cursos e treinamento, quando convocados pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário Municipal de Finanças e Administração;

IV - Desenvolver atividades e projetos técnicos na sua área de atuação profissional;

V - Executar tarefas e atividades técnicas que dão suporte às atividades e aos projetos das diversas áreas de atuação da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, entre outras atividades correlatas;

VI - Compreender os cargos que se destinam a executar, sob supervisão, a contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, e as seguintes atribuições típicas:

VII - Auxiliar na organização dos serviços de contabilidade do DAES, envolvendo o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar o controle contábil, orçamentário e patrimonial.

a) Conduzir a análise e a classificação contábil dos documentos comprobatórios das operações realizadas, de natureza orçamentária ou não, de acordo com o plano de contas da Administração Direta do Poder Executivo Municipal;

b) Acompanhar a execução orçamentária da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, examinando empenhos de despesas em face da existência de saldo nas dotações;

c) Executar os trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis;

d) Auxiliar na elaboração de balanços, balancetes, notas explicativas, mapas e outros demonstrativos financeiros consolidados da Administração Direta do Poder Executivo Municipal;

e) Informar processos, dentro de sua área de atuação, e sugerir métodos e procedimentos que visem a melhor coordenação dos serviços contábeis;

f) Organizar relatórios sobre a situação econômica, financeira e patrimonial da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, transcrevendo dados e emitindo pareceres;

g) Supervisionar o arquivamento de documentos contábeis; e,

h) Orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução de tarefas típicas da classe.

VIII - Exercer outras atribuições correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário Municipal de Finanças e Administração, previstas em lei ou regulamento.

Art. 2.º No concurso público para provimento do cargo de provimento efetivo de Contador Público do Poder Executivo deverá ser exigido Conhecimentos Básicos e Gerais e Conhecimentos Específicos sobre Contabilidade Pública.

Art. 3.º São requisitos para o provimento do Contador Público do Poder

Executivo:

I - Idade Mínima: 18 (dezoito) anos;

II - Escolaridade: nível superior Completo;

III - Curso Superior em Ciências Contábeis; e,

IV - Registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

Art. 4.º O Parágrafo Único, do art. 3.º, da Lei Complementar Municipal n.º 1.718/2017, que dispõe sobre a extinção, transformação, criação de Cargos, alteração de ANEXOS, com alteração e criação de TABELAS, na Lei Complementar Municipal n.º 1.016/2008, que Estabeleceu a Reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, dos Servidores da Prefeitura Municipal de Juína-MT, passa a vigorar com a seguinte redação, desde a publicação daquela Lei Complementar.

Art. 3.º (...).

Parágrafo Único. O vencimento do cargo de provimento efetivo de CONTADOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO, considerado a natureza, complexidade e responsabilidade do exercício de suas atribuições, fica fixado de acordo com o ANEXO III, da Lei Complementar n.º 1.016/2008, na forma como disposto no art. 12, da presente Lei Complementar.

Art. 5.º O art. 60, da Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008, que dispõe sobre a reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Juína-MT, na forma que estabelece, passa a vigorar acrescido do § 4.º, com a seguinte redação:

Art. 60. (...).

(...).

§ 4.º Para efeitos do § 2.º, do presente artigo, a mera inclusão de mais de um cargo público na mesma Tabela de Vencimentos dos ANEXOS dos Planos de Cargos, não caracteriza vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias.

Art. 6.º No prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da promulgação da presente Lei Complementar, o Poder Executivo deverá encaminhar ao Legislativo Municipal Projeto de Lei com a atribuição de todos os cargos de provimento efetivo constantes do Plano de Cargos instituído pela Lei Complementar Municipal n.º 1.016/2008.

Art. 7.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei, por Decreto bem como baixar os atos regulamentares pertinentes e adequados, sempre que necessário, a partir de sua publicação.

Art. 8.º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juína-MT, 27 de junho de 2018.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.817/2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículo Automotores novos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), nos termos da Resolução CMN n.º 4.563, de 31 de março de 2017, e suas alterações, observada a legislação vigente, em especial, as disposições da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, e das Resoluções do Senado Federal n.º 40 e 43/2001, destinada a aquisições de Máquinas, Equipamentos e Veículo Automotores novos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

§ 1.º A operação de crédito que trata o caput, do presente artigo, integra o Programa Eficiência Municipal – Solução de Crédito para Investimento – Setor Público, do Banco do Brasil S.A.

§ 2.º Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada pela presente Lei serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput, deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1.º, do art. 35, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2.º Deverão ser consignados como receita no Orçamento, nos termos do inciso II, § 1.º, do art. 32, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, e arts. 42 e 43, inciso IV, da Lei Federal n.º 4.320/1964, os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei.

Art. 3.º O orçamento deverá consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1.º, da presente Lei.

Art. 4.º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S.A., autorizado a debitar na conta corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo Único. Fica dispensada a emissão da nota de empenho prévio para a realização das despesas a que se refere o presente artigo, nos termos do § 1.º, do art. 60, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5.º As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementá-las, caso necessário, com a abertura de crédito adicional suplementar, bem como realizar a transposição, o remanejamento, ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observando o disposto nos arts. 43 e 46, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão, das despesas e receitas, nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a Lei Municipal n.º 1.765/2017.

Juína-MT, 27 de junho de 2018.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.818/2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículo Automotores novos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 226.550,00 (duzentos e vinte e seis mil e quinhentos e cinquenta reais), nos termos da Resolução CMN n.º 4.563, de 31 de março de 2017, e suas alterações, observada a legislação vigente, em especial, as disposições da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, e das Resoluções do Senado Federal n.º 40 e 43/2001, destinada à aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículo Automotores novos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 1.º A operação de crédito que trata o caput, do presente artigo, integra o Programa Eficiência Municipal – Solução de Crédito para Investimento – Setor Público, do Banco do Brasil S.A.

§ 2.º Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada pela presente Lei serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput, deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1.º, do art. 35, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2.º Deverão ser consignados como receita no Orçamento, nos termos do inciso II, § 1.º, do art. 32, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, e arts. 42 e 43, inciso IV, da Lei Federal n.º 4.320/1964, os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei.

Art. 3.º O orçamento deverá consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1.º, da presente Lei.

Art. 4.º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S.A., autorizado a debitar na conta corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no